



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Ponta Grossa/PR – APAC é uma entidade sem fins lucrativos, com patrimônio e personalidade jurídica próprios. A entidade se destina a auxiliar as autoridades do Executivo e do Judiciário, gerindo a execução penal, prestando atendimento e assessoramento aos presos condenados à pena privativa de liberdade. Seu escopo é a recuperação e reintegração social do condenado, bem como a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas.

À APAC de Ponta Grossa/PR soma-se toda a história da APAC de Itaúna/MG, com existência jurídica desde 02 de Janeiro de 1986.

A APAC de Ponta Grossa/PR integra o sistema penitenciário estadual e pretende alcançar no Paraná os índices de recuperação de condenados alcançados em Minas Gerais, os quais são superiores a noventa e um por cento, com custo por recuperando três vezes menor. Vale destacar que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direito Humanos, instalará, conforme calendário já previamente fixado, Colônias Penais com possibilidade de serem regidas pelo método APAC.

Neste sentido, vale destacar a Lei Estadual nº 17.138, de 02 de Maio de 2012, que “autoriza do Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs”. A pretendida declaração de utilidade pública estadual permitirá que a APAC de Ponta Grossa firme convênios com o Estado do Paraná, viabilizando o efetivo início das atividades com os recuperandos na Comarca.

Por estes motivos, requer o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, por ser medida que atende aos interesses da sociedade organizada e a proposta do Estado de promover uma ressocialização efetiva de seus condenados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 104/2013

Projeto de Lei nº. 104/2013
Autor: Deputado Ademar Traiano

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Assistência aos condenados de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa/ PR.*

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM
ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Proteção e Assistência aos condenados de Ponta Grossa**, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o Nome da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.




CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

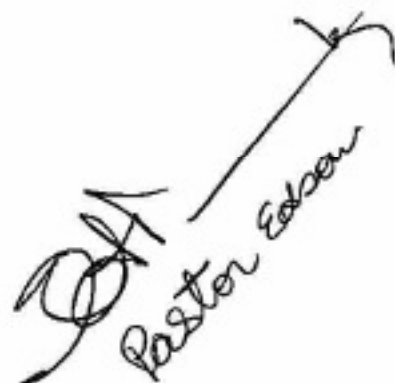
SECRETARIA
501

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 05 de Agosto de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


PASTOR EDISON


DEMIANELA


LECLIS


FERNANDO


ADILSON



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 104/2013

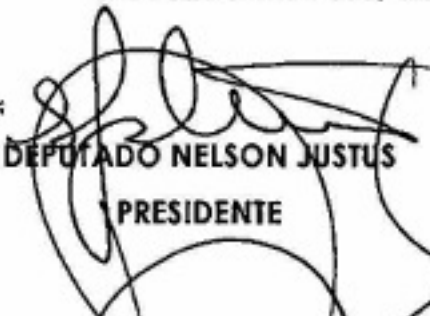
De acordo com o que determinam o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 104/2013, passa a contar com a seguinte redação:


SÚMULA - *Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Assistência aos condenados de Ponta Grossa – APAC Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa/PR.*



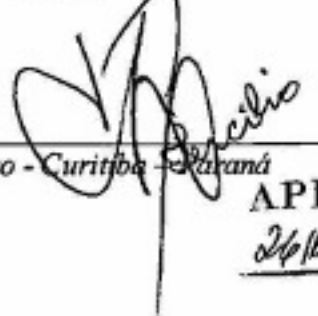

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a **Associação de Proteção e Assistência aos condenados de Ponta Grossa – APAC Ponta Grossa**, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05 de Agosto de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

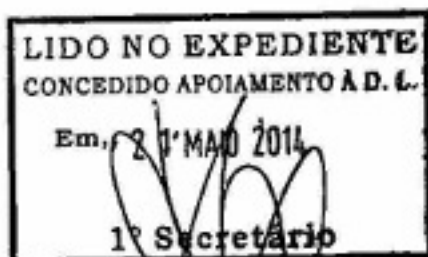
APROVADO

26/08/2014



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

PROJETO DE LEI Nº 227/14



Súmula: Denomina Adelino da Silva, o Viaduto localizado na PR 445, na confluência com a Avenida Parigot de Souza, no Município de Cambé.

Art. 1º Fica denominado Adelino da Silva, o Viaduto localizado na PR 445, na confluência com a Avenida Parigot de Souza, no Município de Cambé.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 21 de maio de 2014.


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende denominar Adelino da Silva, o Viaduto localizado na PR 445, na confluência com a Avenida Parigot de Souza, no Município de Cambé.

O referido viaduto situado no Município exposto acima ainda não possui denominação alguma, abrindo ensejo para esta proposta.

Adelino da Silva chegou ao Município de Cambé em 1976, vindo a residir no Parque Residencial Manella, até o seu falecimento em 02 de agosto de 2010.

Adelino foi casado com a Senhora Iolanda Andrade da Silva durante 55 anos, com quem teve oito filhos.

De 1976 até 1989, exerceu a profissão de montador industrial em empresas situadas nas intermediações do bairro onde morava e no Município de Londrina.

A partir de 1989 passou a exercer a profissão de serralheiro, com empresa própria e posteriormente de comerciante, no ramo de lanchonete, sempre no Parque Residencial Manella, até sua aposentadoria em 2008.

O homenageado foi presidente da Associação de Moradores do Parque Residencial Manella por dois mandatos consecutivos e presidente da Horta Comunitária do mesmo bairro pelo mesmo período, porém em épocas adversas.

Atuou, ainda, no Conselho Escolar e na Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Maestro Andréa Nuzzi, sempre como membro assíduo e participativo.

Desta forma, visando homenagear esse cidadão honrado e trabalhador do Município de Cambé, faz-se justa a presente homenagem denominando o Viaduto situado no Município de Adelino da Silva.

Diante do exposto e devido a importância da presente proposta, prestando uma singela homenagem a essa figura tão importante para o desenvolvimento do Município de Cambé, pedimos o devido acolhimento e a sua consequente aprovação.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 227/2014

Projeto de Lei nº 227/2014
Autores: Deputado Tercílio Turini.

Súmula: Denomina Adelino da Silva, o viaduto localizado na PR-445, na confluência com a Avenida Parigot de Souza, no Município de Cambé.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE VIADUTO. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O VIADUTO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por objetivo denominar de Adelino da Silva, o viaduto localizado na PR-445, na confluência com a Avenida Parigot de Souza, no Município de Cambé.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 agosto de 2014.

Nelson Justus
NELSON JUSTUS
Presidente

Pedro Lupion
ALEXANDRE CURI
Relator

Pedro Lupion
Pedro Lupion
Fercilio Turini
Fercilio Turini

Ademair
Ademair
Tadeu Veneri
Tadeu Veneri

Ademair
Ademair
Tristano
Tristano

Ademair
Ademair
Romaneli
Romaneli

APROVADO

26/08/14

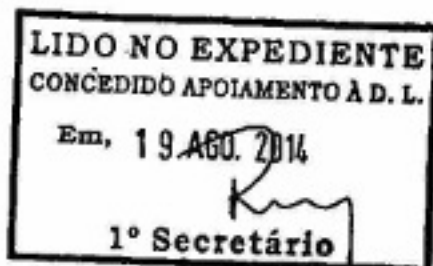


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 368/2014



Alteração da Lei nº 4.896, de 7 de agosto de 1964, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 4.896, de 7 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Franciscana de Assistência Social Santa Maria dos Anjos, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Franciscana de Assistência Social Santa Maria dos Anjos, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

Com o presente Projeto pretende-se alterar o nome da instituição declarada de Utilidade Pública de Educandário Santa Isabel para à Associação Franciscana de Assistência Social Santa Maria dos Anjos.

Cumpre ressaltar que a Comissão Especial constituída através do Ato do Presidente nº 13/2013, para averiguar e relacionar o número de associações declaradas de Utilidade Pública no Estado do Paraná, procedeu à análise de aproximadamente seis mil leis existentes sobre o tema.

Assim, diversas entidades foram clamadas a regularizar sua situação, as quais vêm atualizando seus cadastros junto a esta Assembleia, restando necessária a adequação de algumas Leis.

Portanto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da matéria.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 368/2014

Projeto de Lei nº. 368/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 4.896, de 7 agosto de 1964, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 4.896/1964 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “EDUCANDÁRIO SANTA ISABEL, DE BANDEIRANTES” PARA “ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARIA DOS ANJOS, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES”. REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 4.896/1964. Súmula: Declara de utilidade pública o Educandário Santa Isabel, de Bandeirantes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da entidade "Educandário Santa Isabel, de Bandeirantes" para "Associação Franciscana de Assistência Social Santa Maria dos Anjos, com sede e foro no Município de Bandeirantes".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis,

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de Setembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Manoel Romaneli


Eduardo Lacerda


Sérgio


Pastor Edson

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/09/14





PROJETO DE LEI Nº 369/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 19 AGO. 2014
1º Secretário

Alteração da Lei nº 6.744, de 16 de dezembro de 1975, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 6.744, de 16 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Cultural e Educação Infantil Menino Jesus, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural e Educação Infantil Menino Jesus, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANÍBEL NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

Com o presente Projeto pretende-se alterar o nome da instituição declarada de Utilidade Pública de Creche Menino Jesus para Associação Cultural e Educação Infantil Menino Jesus.

Cumpre ressaltar que a Comissão Especial constituída através do Ato do Presidente nº 13/2013, para averiguar e relacionar o número de associações declaradas de Utilidade Pública no Estado do Paraná, procedeu à análise de aproximadamente seis mil leis existentes sobre o tema.

Assim, diversas entidades foram clamadas a regularizar sua situação, as quais vêm atualizando seus cadastros junto a esta Assembleia, restando necessária a adequação de algumas Leis.

Portanto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da matéria.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 369/2014

Projeto de Lei nº. 369/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 6.744, de 16 de dezembro de 1975, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.744/1975 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CRECHE MENINO JESUS, COM SEDE NA CIDADE DE MARINGÁ” PARA “ASSOCIAÇÃO CULTURAL INFANTIL MENINO JESUS, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ”. REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 6.744/1975. Súmula: Declara de utilidade pública a CRECHE MENINO JESUS, com sede na cidade de Maringá.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da entidade "CRECHE MENINO JESUS, com sede na cidade de Maringá" para "Associação Cultural Infantil Menino Jesus, com sede e foro no Município de Maringá".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléa, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléa, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléa Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de Setembro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Assinaturas manuscritas:
Rodrigues
Manoel
Mananelli

Assinatura manuscrita:
Sarcio

Assinatura manuscrita:
Bumano

Assinatura manuscrita:
Eduardo

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16/09/14